

Boletim Número 62

Data: Janeiro-Fevereiro-Março/2014

EDITORIAL

O sexagésimo segundo Boletim PROEALC chega ao público trazendo interessantes análises para a compreensão dos processos políticos em curso na região. Nesta edição os leitores e leitoras encontrarão um apanhado de artigos que ilustram alguns dos fatos mais significativos ocorridos na América Latina neste primeiro trimestre de 2014.

A primeira matéria da coluna “Em Foco” é assinada por Pietro Alarcón e trata das eleições na Colômbia, enfatizando a diferença entre a democracia real e formal no país. A segunda matéria da mesma coluna trata de uma notícia do jornal *La Jornada* que analisa os processos eleitorais latino-americanos e o interesse estadunidense nos seus resultados. A terceira matéria de Victor Farinelli, seguindo a mesma linha, informa sobre a importância de eleição de Bachelet, no Chile. Logo após, Atílio Borón nos adverte sobre a escalada do fascismo na Venezuela. Por fim, na última coluna “Em Foco”, Frei Betto relembra os meses anteriores ao golpe civil-militar de 1964.

Nas colunas “Espaço Aberto” são apresentados dois artigos de bolsistas-pesquisares de nossa equipe, enfatizando aspectos contemporâneos do debate sobre mulheres, reflexões críticas pertinentes ao trimestre que comemoramos o Dia Internacional da Mulher. No primeiro, a bolsista Fernanda Sofietti Netto apresenta e analisa dados recentes sobre a violência contra a mulher no Brasil. No segundo, as bolsistas Laís Soares Faria de Souza e Fernanda Sofietti Netto criticam os padrões midiáticos construídos sobre as mulheres brasileiras.

Registramos, ainda, que neste número o leitor encontrará uma agenda de eventos e indicações sobre lançamentos de livros com temas afins à linha editorial deste boletim.

Desejamos boa leitura para todos e todas.

Saudações Acadêmicas,

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Coordenadora do PROEALC/CCS/UERJ

Dra. Andreia de Souza de Carvalho
Pesquisadora e técnico-administrativa do PROEALC/CCS/UERJ

Em Foco I

Colômbia: democracia real e democracia formal

Por Pietro Alarcón

1. As eleições de março

No último dia 9 de março, foram realizadas na Colômbia as eleições para o Senado e a Câmara de Representantes, os órgãos do Legislativo que hoje contam com 102 e 166 membros respectivamente. O resultado desse processo constitui um quadro inicial do que pode acontecer no dia 25 de maio, data das eleições presidenciais.

Num Estado no qual o voto não é obrigatório e não existem iniciativas que fomentem a participação popular no debate eleitoral, vence o abstencionismo; igualmente, num Estado em que historicamente se constata um abismal desequilíbrio entre as forças políticas, como resultado da ausência de garantias para a oposição, a ponto de partidos e movimentos serem vítimas do paramilitarismo, vence, além do abstencionismo, a anti-democracia ou a demagogia, como pontuavam os gregos na Cidade Antiga.

Com efeito, por um lado, segundo o Conselho Nacional Eleitoral, de um potencial de mais de 33 milhões de eleitores, cerca de 60% se abstiveram de votar e contaram-se mais de 3 milhões de votos nulos, em branco ou cédulas não marcadas com nenhum candidato. Por outro lado, os candidatos da União Patriótica, organização que participa depois de mais de vinte anos da data em que a arbitrariedade e o cinismo a retiraram do cenário eleitoral, sofrendo centenas de desaparecimentos e assassinatos na década de 80 – como reconhece hoje a Corte de San José de Direitos Humanos –, obtiveram mais de 250.000 votos.

Entretanto, pelo sistema proporcional, mesmo com votação significativa, não conseguiram obter vagas no Congresso. Vale anotar que no espectro da esquerda o Polo Democrático Alternativo obteve 5 senadores e 3 representantes, com votações importantes para alguns dos candidatos.

Corroborando a precariedade do regime político, lembre-se que já no começo do presente ano a prisão de membros da organização da Marcha Patriótica e, a poucos dias de efetuar-se a eleição, o atentado contra a delegação dos candidatos da União Patriótica no departamento de Arauca, no nordeste colombiano, na fronteira com a Venezuela, deixaram a eleição sob a sombra das ameaças e da intimidação.

A esses resultados, deve-se somar que dos trabalhos do Legislativo, segundo a Fundação *Paz e Reconciliação*, que realizou pesquisa sobre os candidatos questionados pelos seus vínculos com o paramilitarismo e organizações criminosas, participarão 131 investigados judicialmente.

2. Democracia formal x democracia real

Para tornar mais compreensível o panorama que resulta do recente quadro eleitoral, pedimos vênias para abordar alguns elementos estruturais da realidade colombiana: muito embora exista uma historiografia quase oficial, na qual se proclama que o país é uma democracia estável, se aduzindo que somente padeceu uma ditadura militar durante breve tempo no século XX e, mesmo assim, não comparável às do sul da América, outros elementos a caracterizam de maneira diversa.

Com efeito, a persistência da violência empreendida pela classe dominante, praticamente a partir do final do século XIX, como mecanismo corriqueiro de perpetuação no controle da gestão pública nas esferas local e regional, bem como a ação organizada a partir das entranhas do próprio Estado contra partidos e movimentos de oposição promotores de uma nova arquitetura do regime político e da condução econômica, autorizam afirmar que se trata de um modelo fundado na força. Não há meios claros para a condução de iniciativas cidadãs, muitas vezes estigmatizadas como subversivas, com traços acentuados em certas passagens da história de fascismo estatal, combinado com os vícios de elites apoiadas na distribuição de recursos e cargos públicos para a manutenção de esquemas de corrupção, nos quais aparecem desde o compromisso com interesses estrangeiros até o narcotráfico como sustentáculo da prática política.

A promoção de uma democracia aberta e franca, com sensibilidade social e não apenas identificada pelos seus traços formais representativos, com tolerância e respeito pelas ideais contrárias ao regime, nunca foi uma aposta para a classe no poder. Pelo contrário, cercear espaços e canais converteu-se numa trilha de manutenção do *status quo*. Reproduziu-se um déficit democrático, com a exclusão de vastos setores nacionais.

Até a Constituição de 1991, os contínuos fracassos de projetos constitucionais de reforma que consagravam instituições e procedimentos alicerçadores de uma democracia mais autêntica se deveram à força dos setores mais atrasados que resistiam a qualquer mudança de modernização do Estado. A nova Carta, embora estabeleça institutos de democracia direta, como o plebiscito, o referendo, a iniciativa popular de lei, a consulta popular e a revocatória do mandato, tropeça com a falta de vontade constitucional de torná-la viva, nesses pontos que mais podem afetar interesses de grupos econômicos e famílias ancoradas no poder desde o século XIX.

Na história da República, desde o começo propalou-se a ideia de que os partidos têm donos, que o pluripartidarismo não é conveniente, que é infrutífera a participação eleitoral, o que conduziu à apatia e ao descrédito na atividade política. Por isso, as posturas que promovem a abstenção e o voto em branco, por exemplo, em lugar de ajudarem, ratificam o caráter do regime e, nas condições da Colômbia atual, o endossam.

Esse estilo de domínio encontra-se também na base e causa do surgimento da insurgência colombiana: primeiro, logo após o assassinato do candidato Jorge Eliécer Gaitán em 1948, que originou as guerrilhas liberais; e depois, quando, desde as grandes capitais, os partidos liberal e conservador reclamavam a ação da polícia e dos militares e suas lideranças, direta ou indiretamente, criavam os primeiros grupos de bandoleiros paramilitares para conter os reclamos populares pela democratização da propriedade da terra. Daí que o sucesso de qualquer processo à procura de uma saída política para a paz se encontre estreitamente relacionado com a superação das dificuldades para passar a uma democracia deliberativa e participativa, não formal, mas real, de profundo arraigo popular.

Nas condições singulares do país, os canais participativos foram criados a partir da base, sem muito comprometimento do Estado, como resultado de jornadas de exigência de direitos que redundaram em formas expressivas de organização, que passaram da luta econômica à política.

As reivindicações foram plasmadas em plataformas e programas propositivos de reconstrução das estruturas do país, conscientes de que a forma de luta eleitoral não colide com a ampliação dos espaços ganhos na resistência e o avanço popular, senão que são cenários complementares de trabalho por um país diferente.

Destarte, os movimentos e partidos surgidos desses contextos utilizaram os espaços nos organismos de representação, nas esferas locais, regionais e nacionais, tanto no Legislativo quando no Executivo, como propulsores de satisfação das necessidades públicas, ampliando a democracia, sem, contudo, renunciar à atividade fora do Estado, pois acompanhavam a ação popular nas ruas.

Uma amostra contemporânea dessa situação é a realização, no momento de escrever estas linhas e no meio do debate eleitoral, da Cúpula Agrária, Camponesa, Étnica e Popular. Há que lembrar que em agosto de 2013 agricultores de todo o país realizaram uma greve no campo na região conhecida como Catatumbo, à qual foram se somando outros setores sociais em todo o país. A repressão militar deixou 16 manifestantes mortos, 636 feridos e 415 pessoas detidas. O governo acuado enviou representantes para gerir a situação, mas até o momento não houve cumprimento dos primeiros acordos, que incluem os créditos para os camponeses e uma revisão dos programas de desenvolvimento no campo.

Juan Manuel Santos tem preferido iniciar um diálogo para um *Pacto Agrário* com os empresários do agronegócio e faz ouvidos surdos, depois de mais de 13 assassinatos, de agosto até esta data, de lideranças camponesas. O importante evento contribui à unidade em torno a uma candidatura à presidência de compromisso com o direito dos povos de definirem o uso da terra e dos alimentos a cultivar, a soberania alimentar, o fortalecimento da participação dos camponeses e etnias nas políticas públicas que os afetam e a

necessidade de prosseguir com os diálogos de paz em Havana e as aproximações entre o Estado e os grupos insurgentes.

Certamente, todo o processo de debates eleitorais até maio será marcado por jornadas vigorosas, que devem se refletir no tom dos discursos dos candidatos e na unidade da oposição que se pronuncia pela paz com justiça social.

3. Os resultados eleitorais e as perspectivas

No meio do abstencionismo, a corrupção, as ameaças e as vantagens dos candidatos alinhavados ao governo Santos, a nova composição do Congresso mostra, pelo menos temporariamente, uma recomposição da hegemonia das forças comprometidas com a atual realidade do regime político, favorável à reeleição de Juan Manuel Santos.

Embora os votos do chamado Centro Democrático, partido do ex-presidente Uribe, não tenham sido na quantidade avassaladora que um setor da mídia proclamava, Santos terá uma pressão enorme do militarismo e dos setores mais comprometidos com a guerra para desfazer o caminho andado nos diálogos de Havana. Enquanto isso, o campo democrático, progressista e a esquerda obtiveram uma representação importante, mas insuficiente, se levamos em conta o quadro geral do Congresso. Por isso, seu desafio é trabalhar mais intensamente nos processos de mobilização popular em curso, continuando a combinar a ação parlamentar com a ação em campos e cidades.

A União Patriótica (UP), em apenas três meses, ainda que sem parlamentares escolhidos, está em expansão, e se fortalece moralmente, tanto pela sua história quanto pelas suas propostas. A unidade entre a UP e o Polo Democrático para as eleições de maio agora é uma realidade. As candidatas Clara Lopez e Aida Abella à presidência da República, representando cada organização, são garantia para uma campanha de otimismo, canalizadora das expectativas cidadãos e de forte apoio social.

Trata-se de um processo de unidade que deve chegar além da plataforma eleitoral, na perspectiva de uma frente ampla de convergência para a paz, a solução do conflito armado, a efetivação dos direitos sociais, a superação dos obstáculos à democracia e a conquista de um governo de ampla participação popular.

*** Pietro Alarcón, colombiano, é professor da PUC/SP e representante do Comitê Permanente de Colômbia pela Defesa dos Direitos Humanos**

Link:

http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9432:submanchete180314&catid=30:america-latina-&Itemid=187

Em Foco II

Elecciones y contraofensiva imperial

Por La Jornada

Los gobiernos y fuerzas que en América Latina y el Caribe se oponen en algún grado al neoliberalismo son objeto de una tenaz contraofensiva por parte de Estados Unidos, del capital financiero y de las oligarquías

locales. Aunque tiene componentes económicos, conspirativos y militares, parte importante de ella se desarrolla a través del ejército mediático.

Un ejemplo lo tenemos en la percepción estereotipada sobre las economías de Argentina y Venezuela. Aunque sometidas sus monedas a un ataque especulativo por grandes corporaciones y fondos de inversión, en ambos casos la mafia mediática ofrece una imagen caótica distante de la realidad (<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=180372>)

Cabe subrayar que la contraofensiva no solo intenta derrocar a los gobiernos que rechazan el neoliberalismo o se resisten a mantener su peor versión y buscan relaciones fraternas con la Alba. También procura impedir que continúen gobernando, o lleguen al gobierno, las fuerzas que enarbolan esas políticas.

En ese contexto se realizaron el 2 de febrero elecciones generales en El Salvador y presidenciales en Costa Rica, países muy dependientes de Estados Unidos, agravado por la firma del Tratado de Libre Comercio con este de Centroamérica y República Dominicana. Tanto en El Salvador, donde desde 2009 gobierna el ex guerrillero Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN), como en Costa Rica, regida hasta esta elección por el bipartidismo del Partido de La Liberación (PL) y el Partido Unido Social Cristiano (PUSC) - ambos neoliberales- habrá segunda vuelta por no alcanzar ningún contendiente la cantidad de votos necesaria para ganar en el primer turno.

Sin embargo, el candidato del FMLN, actual vicepresidente y ex comandante guerrillero Salvador Sánchez Cerén, quedó a solo un punto del 50 por ciento exigido, 10 por encima del segundo en votación Norman Quijano, anticomunista furioso y abanderado de Arena, partido fundado por el mayor Roberto d'Aubisson, autor intelectual del asesinato de Monseñor Arnulfo Romero(1980) y de numerosos crímenes de los escuadrones de la muerte (http://es.wikipedia.org/wiki/Roberto_d'Aubisson). De nada valió la campaña de lodo de J.J. Rendón, asesor de Quijano, de Henrique Capriles y de otros políticos neoliberales.

Ello confirma el apoyo popular a la gestión de gobierno del FMLN y su capacidad de movilización pero a la vez muestra la influencia política que conserva Arena pese al terrible costo social de sus corruptos gobiernos y su sangriento pasado. Por otra parte, la abstención de la mitad del electorado evidencia un sector poblacional insatisfecho con las insuficientes aunque justas políticas sociales del FMLN y la obsequiosidad ante Washington de Mauricio Funes, actual presidente llevado al cargo por la ex guerrilla.

El FMLN, para asegurar la victoria en segunda vuelta frente a una derecha que cerrará filas en torno a Quijano, tiene un potencial de votos entre los que se abstuvieron, en parte debido a que su campaña se desarrolló principalmente en televisión, abandonando el trabajo casa por casa que lo caracterizó en anteriores comicios. Retomarlo en el segundo turno parece más importante que su no descartable objetivo de ganar a los seguidores del derechista ex presidente Antonio Saca (11.41% de sufragios).

En cuanto a las elecciones ticas es evidente la quiebra del bipartidismo tradicional en la Suiza de Centroamérica, donde el PL fundado por José Figueres obtiene el peor resultado de su historia y el PUSC logra una votación insignificante, ambos marcados por la corrupción y la entrega del país a las transnacionales (<http://nicaraguaymasespanol.blogspot.mx/2013/10/reportaje-monocultivos-transgenicos.html>).

Mientras tanto, contra las encuestas quedó en primer lugar el ex liberacionista candidato presidencial Luis Guillermo Solís del ascendente Partido Acción Ciudadana, quien cuestionó el TLC con Estados Unidos. Pero el dato más trascendente es el ascenso del joven abogado José María Villalta, que muchas encuestas daban como puntero pero cuya candidatura fue demolida a última hora acusándolo de chavista y comunista ante un electorado muy conservador. No obstante, consiguió 17.7 de los votos y su partido Frente Amplio, el que más ha crecido en votación, subió de uno a diez diputados. Surgidos de la admirable resistencia popular y juvenil contra el TLC, Villalta y su partido expresan la nueva política de masas por la verdadera independencia y la unidad latino-caribeña.

Twitter: @aguerraguerra

<http://alainet.org/active/71095&lang=es>

Link: <http://alainet.org/active/71095&lang=es>

Em Foco III

Bachelet volta ao poder no Chile sob pressão por reformas

Por Victor Farinelli*

Nova presidente chilena ficará entre as negociações do Congresso e as pressões dos movimentos sociais

Quatro anos depois de deixar a presidência do Chile com 83% de aprovação, Michelle Bachelet retorna ao cargo nesta terça-feira (11/03), depois de vencer as eleições de dezembro com 63% dos votos.

Antes mesmo de ser iniciado, o novo mandato da chilena está cercado de expectativas quanto à possibilidade de impulsionar as reformas educacional, tributária e constitucional. Essas foram as três principais bandeiras de Bachelet desde que voltou ao seu país, em março de 2013, após três anos em Nova York, como representante maior da ONU Mulheres.

Apesar dos questionamentos que recebeu durante a campanha, por não ter impulsionado as mesmas ideias durante seu primeiro mandato – razão alegada por grande parte dos analistas políticos chilenos para explicar a perda de influência da centro-esquerda chilena, que passou 20 anos no poder, entre 1990 e 2010, depois da queda de Augusto Pinochet, –, o discurso convenceu o eleitorado. Para ir adiante com seus projetos, porém, ela dependerá de negociações no Congresso, pois não tem o apoio necessário para passar as reformas educativa e constitucional.

A Nova Maioria, coalizão formada por Bachelet em 2013, só tem os votos suficientes para aprovar a reforma tributária, com os votos do Partido Comunista e da Esquerda Autônoma.

“Não será fácil para um governo com maiorias frágeis lidar com os movimentos sociais por um lado, exigindo as reformas prometidas, e por outro com uma oposição que, ávida por demonstrar força, vê na obstrução dos projetos mais importantes de Bachelet a melhor oportunidade de aparecer”, afirma o analista político Claudio Fuentes, da Universidade Diego Portales.

Tais dificuldades foram reconhecidas pelas novas autoridades chilenas, principalmente pelo ministro do Interior, Rodrigo Peñailillo. “Temos que saber dialogar com os movimentos sociais. Esse é um pedido tácito da presidenta Bachelet, que quer um governo que saiba entender os anseios da cidadania e reproduzi-los no Congresso. Não se trata de instrumentalizar os movimentos, e sim de saber escutar”.

Como sinal de como deverá atuar a coalizão governista, Peñailillo apresentou nessa coletiva um livro contendo as 50 medidas que o novo governo tomará durante os três primeiros meses. Entre elas se destacam duas das três grandes reformas prometidas na campanha, com prioridade para a reforma tributária, que poderia ser aprovada já nesse primeiro trimestre, caso a bancada governista faça valer sua maioria.

A apresentação do projeto-de-lei da reforma educacional também faz parte das medidas para os primeiros cem dias. Contudo, sua tramitação certamente vai requerer maior deliberação, inclusive porque seu sucesso depende diretamente do resultado da reforma tributária, cujo principal objetivo é arrecadar os recursos necessários para financiar a gratuidade na rede pública de educação – onde, atualmente, se cobra mensalidade em todos os seus níveis, exceto na pré-escola.

“Se concluir a reforma tributária nos primeiros cem dias, o governo conseguirá o apoio das ruas para enfrentar a votação da reforma educacional, a qual só conseguirá aprovar com pressão sobre os opositoristas para votarem a favor do projeto”, analisa Claudio Fuentes a **Opera Mundi**.

Constituição da ditadura

A reforma constitucional, a terceira prometida por Bachelet, terá que esperar mais. O Chile ainda é regido pela Constituição de 1980, imposta pela ditadura de Pinochet. Desde 2013 se intensificaram as manifestações e iniciativas de chilenos no país e no exterior em defesa de uma assembleia legislativa que dê origem a uma nova carta magna.

Porém, a dificuldade em aprovar esse projeto será maior, segundo Claudio Fuentes: “nesse caso não está em jogo somente uma questão de votos mais ou votos menos. Alguns políticos e partidos sobrevivem do atual sistema político, e não falo somente da oposição, alguns governistas também”.

Fuentes acredita que a reforma constitucional pode se transformar na principal frustração com o novo governo, principalmente por parte dos movimentos sociais. “Bachelet não prometeu uma assembleia constituinte, mas é isso o que as ruas estão pedindo. Ela não fechou a porta para essa possibilidade e agora é o que se está demandando. Qualquer coisa diferente disso pode cair mal, mas dependerá de o quão participativo poderá ser o mecanismo com o que o governo pretende fazer essa reforma”, comenta Fuentes.

Posse e simbolismo

A cerimônia de posse reunirá hoje dezenas de líderes internacionais, como Dilma Rousseff, o uruguaio José Mujica, a argentina Cristina Kirchner, o vice-presidente dos EUA, Joe Biden, entre outros. Na quarta-feira (12/03), a Unasul (União de Nações Sul-Americanas) aproveitará a presença de políticos e diplomatas para realizar uma *reunião sobre a crise na Venezuela*.

Bachelet receberá a faixa das mãos de Isabel Allende, que assumirá o Senado do país. O protagonismo das duas políticas é simbólico, tendo em vista os *40 anos do golpe de estado no país*, celebrados em setembro de 2013. Ambas são filhas de vítimas emblemáticas da ditadura de Pinochet.

Isabel Allende é filha do ex-presidente Salvador Allende, deposto pelos militares, no dia 11 de setembro de 1973. Naquela ocasião, um dos poucos uniformizados que resistiram foi o brigadeiro Alberto Bachelet, pai de Michelle Bachelet que faleceu meses depois de ser preso, em decorrência das torturas sofridas.

* Correspondente internacional do Opera Mundi/UOL (Santiago)

Link:

<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/34317/bachelet+volta+ao+poder+no+chile+sob+pressao+por+reformas+.shtml>

Em Foco IV

¿Cómo combatir la ofensiva fascista en Venezuela?

*Por Atílio Borón **

Es obvio que el imperio tiene un libreto, como lo advirtiera Chávez en la conferencia que brindara la noche del 10 de Diciembre del 2007 en el Centro Cultural de la Cooperación de Buenos Aires.[1] Un libreto que fue ensayado en otros países desde hace mucho tiempo: el caso más notable que de alguna manera fijó los parámetros de este inducido proceso de fascistización fue el Chile de Allende. Luego de esa pionera experiencia criminal el libreto se ha ido perfeccionando con numerosos ensayos perpetrados en otros países y tentativas de sistematización teórica, la más importante de la mano de Eugene Sharp y su equipo del *Albert*

Einstein Institute, un nombre mentiroso como pocos para una institución dedicada a diseñar nuevas estrategias de “cambio de régimen” que apelan a supuestas vías “no violentas” para derribar a gobiernos insumisos ante los dictados de Washington. Los casos de Libia, Siria, Ucrania y ahora Venezuela ilustran didácticamente lo que quiere decir la expresión “no violentas” para los estrategas e intelectuales del imperio.

Es inocultable el hecho de que el sistema internacional está atravesando por una turbulenta fase de transición geopolítica global. En poco más de una década surgieron nuevos centros de poder económico y político al paso que el poderío global de Estados Unidos se ha debilitado. Sigue siendo, sin duda, la potencia militar más importante del planeta pero eso no le alcanza para ganar guerras, como sobradamente lo prueban los casos de Vietnam, Irak y Afganistán. Sus aliados son cada vez más vacilantes e inciertos; sus vasallos menos obedientes y sus adversarios y rivales cada vez más poderosos e influyentes. Washington pierde posiciones en Oriente Medio: fracasó en su intento de atacar a Siria, sus chantajes a Irán terminaron siendo inocuas bravuconadas y sus aliados históricos en la región, las reaccionarias teocracias del Golfo son amenazadas por el avance del islamismo y Israel despliega, en algunos temas, un juego propio que paradójicamente transforma a Washington en su reluciente subordinado. En Asia Central el sentimiento antinorteamericano llega a alturas sin precedentes y en el Extremo Oriente la creciente gravitación de China aparece como irresistible y destinada a mover las placas tectónicas del sistema internacional.

Es en este cuadro de declinación imperial que hay que comprender la cruenta ofensiva sediciosa lanzada contra la Venezuela Bolivariana, sede de la mayor reserva de petróleo del planeta y, por eso mismo, un incontenible imán para un país que construyó un modo de vida y cimentó su supremacía planetaria sobre la base del irresponsable derroche de ese recurso. Tal como ocurriera en la década de los setentas del siglo pasado, cuando las derrotas en Indochina (Vietnam, Laos, Camboya) desataron una contraofensiva que culminó con la instalación de dictaduras militares en casi todos los países de América Latina y el Caribe, el retroceso global de Estados Unidos en el mundo actual lo impulsa nuevamente a buscar refugio en su “patio trasero”, como hace poco dijera John Kerry en su visita a la OEA. O en su tradicional “retaguardia estratégica”, como la definirían Fidel y el Che. Y para eso hay que barrer con regímenes políticos y gobiernos indeseables.

De ahí la enorme dificultad de poner fin al ataque de los fascistas en Venezuela, por más llamamientos al diálogo y a la paz que efectúe el presidente Nicolás Maduro y que son groseramente desoídos por la oposición. Venezuela es la cabeza de playa de una estrategia de desestabilización integral de las democracias latinoamericanas que comenzando por la tierra de Chávez, intentará proseguir su marcha por Ecuador y Bolivia y, finalmente hacer pie en Argentina, Brasil y Uruguay. El resultado que se busca con esta operación es regresar América Latina y el Caribe a la situación prevaleciente en vísperas de la Revolución Cubana e instaurar en toda la región “gobiernos amigos”, neocoloniales y serviles en relación a los intereses económicos y geopolíticos de Washington. Esto es lo que convierte a la actual batalla de Venezuela en el equivalente de lo que fuera Stalingrado en la Segunda Guerra Mundial: una batalla decisiva, que no se puede perder porque el “efecto dominó” de una derrota sería demoledor para las luchas emancipatorias de nuestros pueblos y el imperio lo sabe. Pero detener esta escalada de violencia que hoy llena de luto y dolor a la República Bolivariana de Venezuela requiere lo siguiente:

a) en primer lugar, una sostenida presión internacional y doméstica, al interior de Estados Unidos, para que la Casa Blanca deje de alentar, organizar y financiar a la derecha venezolana embarcada en un proyecto irreversible de fascistización. Para eso Barack Obama debe reconocer el legítimo triunfo de Nicolás Maduro en las elecciones del 14 de Abril del 2013, ratificado por la contundente victoria del chavismo en las municipales del 8 de Diciembre de ese mismo año. La contumacia de Washington es una clarísima señal a los sediciosos de que sus crímenes cuentan con el incondicional aval del imperio. Sin este apoyo del gobierno norteamericano la ofensiva sería derrotada en cuestión de días. Obama debería ser denunciado ante el Tribunal Penal internacional como el principal instigador de la violencia que tantas muertes ha provocado en Venezuela.

b) Segundo, descargar todo el rigor de la ley sobre los sediciosos y los manifestantes que apelan a todas las formas imaginables de la violencia. De lo contrario se produciría la metástasis de la fascistización englobando -como parece evidente en estos días- a sectores cada vez más amplios de la oposición atraídos a la estrategia del derrocamiento por la vía de la violencia del gobierno bolivariano por dos factores. Por un lado, la impunidad con que se espera contar del acosado gobierno bolivariano que ha sido excesivamente tolerante con los revoltosos (hablamos de gente que destruye bienes públicos y privados; tiende “guayas” para degollar motorizados; ataca con “bombas molotov”, etcétera); por el otro, por el “ejemplo exitoso” de Ucrania, en donde una banda de neonazis se montó sobre una protesta originalmente pacífica y perpetrando toda clase de

crímenes y desmanes se hizo del gobierno, mismo que fue inmediatamente reconocido por la Casa Blanca y sus compinches de la Unión Europea. La blandura en el tratamiento de los sediciosos y los violentos precipitará la desmoralización de las filas chavistas, la disgregación de sus estructuras organizativas y una muy negativa modificación de la correlación de fuerzas en desmedro de la revolución y a favor de la contrarrevolución, porque de esto se trata cuando en Washington se habla de “cambio de régimen”. En momentos como este, la benignidad en el tratamiento de quienes quieren lograr a sangre y fuego borrar de la faz de la tierra a la Revolución Bolivariana es el camino seguro para la autodestrucción del proceso. Primero habrá que aplastar la contrarrevolución en marcha, y luego se verá quienes serán los que merezcan beneficiarse de la generosidad e hidalguía de la revolución ratificada en el poder.

c) Tercero, potenciar y mejorar la organización popular y sus mecanismos de movilización. La derecha intentará combinar sus acciones violentas y destituyentes con el control “pacífico” de las calles con guarimbas, marchas y toda clase de manifestaciones callejeras. El chavismo deberá recuperar rápidamente su memoria y dejar bien sentado que su predominio en este terreno ha sido y deberá seguir siendo incontrastable, más allá de cualquier acuerdo al que pueda llegarse en las mesas de diálogos. Porque sin el respaldo de “la calle” y el pueblo organizado tales acuerdos cupulares carecerán por completo de eficacia. Y además habrá que hacer consciente a la base chavista y al pueblo en general que lo que está en juego es el futuro de la Revolución Bolivariana y las conquistas históricas de quince años, y que su efectiva defensa requiere inexorablemente la inmediata profundización del socialismo y el inmediato cumplimiento de las orientaciones establecidas por el Comandante Hugo Chávez Frías en el “Golpe de Timón” dado a conocer en la reunión del Consejo de Ministros del 20 de Octubre del 2012. Cualquier gobierno que surja como producto de esta contraofensiva imperial procederá de la misma manera que lo hizo el 11 de Abril del 2002 el gobierno de Pedro Carmona Estanga, cuando en su primer decreto derogó de un plumazo la Constitución de 1999 y todos los derechos establecidos en la misma, disolvió todos los poderes del estado, declaró ilegal el marco jurídico existente, removió todas las autoridades surgidas del voto popular en los niveles nacional, estatal y municipal y puso fin al convenio de cooperación con Cuba.

d) Por último, será preciso extremar todos los recursos para librar con la máxima eficacia el combate en el crucial terreno de los medios de comunicación de masas, que al decir del Pentágono es el ámbito primordial en el que hoy se libra la guerra que enfrenta la revolución con la contrarrevolución, y en el cual los gobiernos progresistas y de izquierda de la región siempre han demostrado peligrosas debilidades ante enemigos que desde hace mucho tiempo desplegaron una estrategia de dominación y manipulación mediática que ha tenido profundas repercusiones en el imaginario popular. Mentiras sistemáticamente propaladas terminan siendo percibidas como verdades indiscutibles, y ante esto es preciso responder en forma adecuada utilizando creativamente todos los medios tradicionales de comunicación (prensa, radio, televisión) pero también las grandes posibilidades que ofrecen las redes sociales.

*** Político e sociólogo argentino de nascença e latino-americano por convicção. Diretor do Programa Latino-americano de Educação à Distância em Ciências Sociais, em Buenos Aires**

[1] Un resumen de la misma se encuentra disponible en <https://www.youtube.com/watch?v=bUd5lY9vV0w#t=58>

Link: <http://alainet.org/active/72332&lang=es>

*Março de 1964**Por Frei Betto**

12/03/2014

Verás que um filho teu não foge à luta”. Porém, os filhos não tinham suficiente lucidez para perceber que, desde a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961, vinha sendo chocado, pelas classes dominantes, o ovo da serpente...

Em 1964 eu morava no Rio, em um *apartamento* na esquina das ruas Laranjeiras e Pereira da Silva. Ali se instalavam os jovens dirigentes da JEC (Juventude Estudantil Católica) e da JUC (Juventude Universitária Católica), movimentos da Ação Católica. Ali se hospedavam, com frequência, os líderes estudantis Betinho, Vinicius Caldeira Brant e José Serra.

Eu havia ingressado no curso de Jornalismo na Universidade do Brasil (atual UFRJ) e, entre meus professores, se destacavam Alceu Amoroso Lima, Danton Jobim e Hermes Lima. À direita, Hélio Vianna, professor de história, cunhado do marechal Castelo Branco.

Desde que cheguei ao Rio, vindo de Minas, o Brasil vivia em turbulência política. Despertava o gigante adormecido em berço esplêndido. Tudo era novo sob o governo João Goulart: a bossa, o cinema, a literatura...

A Sudene, dirigida por Celso Furtado, aliada ao governador de Pernambuco, Miguel Arraes, redesenhava um Nordeste livre do mando coronelístico de usineiros e latifundiários. Francisco Julião defendia as Ligas Camponesas, que lutavam por reforma agrária.

Paulo Freire implantava, a partir de Angicos (RN), seu método de conscientização política dos pobres através da alfabetização. Gestava a pedagogia do oprimido.

No Sul, Leonel Brizola enfrentava os monopólios estrangeiros e defendia a soberania brasileira. Marinheiros e sargentos do Exército se organizavam, no Rio, para reivindicar seus direitos.

“Verás que um filho teu não foge à luta”. Porém, os filhos não tinham suficiente lucidez para perceber que, desde a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961, vinha sendo chocado, pelas classes dominantes, o ovo da serpente...

A embaixada estadunidense, ainda instalada no Rio, e tendo à frente Lincoln Gordon, movia-se à sombra para atirar os militares brasileiros – muitos deles treinados nos EUA – contra a ordem democrática (vide “Taking charge: the Johnson White House Tapes – 1963-1964”, de Michael Beschloss).

Quem conhece a história dos golpes de Estado na América Latina sabe que todos foram patrocinados pela Casa Branca. Daí a piada: nunca houve golpe nos EUA porque não há, em Washington, embaixada ianque...

Os EUA, inconformados com o êxito da Revolução Cubana em 1959, temiam o avanço do comunismo na América Latina. O presidente Lyndon Johnson (1963-1969) estava convencido de que o Brasil era tão vulnerável à influência soviética quanto o Vietnam.

Rios de dinheiro foram destinados a preparar as condições para o golpe de 1º de abril de 1964. Para os pobres, que tanto ansiavam por reformas estruturais (chamadas na época de “reformas de base”, e até hoje não realizadas), os EUA ofereciam as migalhas das cestas básicas distribuídas pela Aliança para o Progresso. O empresariado se articulava no IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e no IPES (Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais).

Os EUA sequer admitiriam que o Brasil se tornasse como o Egito de Nasser, um país independente das órbitas ianque e soviética. Navios estadunidenses da Operação *Brother Sam* rumavam em direção aos nossos portos.

Jango convocou o megacomício de 13 de março de 1964, na Central do Brasil. Eu queria estar lá, mas padre Eduardo Koaik (mais tarde bispo de Piracicaba {SP} e colega de seminário de Carlos Heitor Cony) decidiu que aproveitaríamos o feriado para um dia de estudos da direção nacional da JEC, da qual eu fazia parte, em Itaipava (RJ).

Em 29 de março, com passagem cedida pelo Ministério da Educação (leia-se: Betinho, chefe de gabinete do ministro Paulo de Tarso dos Santos), embarquei para Belém. Na capital paraense, o golpe militar me surpreendeu dia 1º de abril de 1964. Custei a acreditar que o presidente Jango, constitucionalmente eleito, havia se refugiado no Uruguai.

Aguardei a tão propalada reação popular. O PCB (Partido Comunista Brasileiro), com quem a JEC mantinha alianças na política estudantil, garantira que, em caso de golpe, Prestes havia de convocar milhares de trabalhadores em armas.

A Ação Popular, movimento de esquerda oriundo da Ação Católica, prometia mobilizar seus militantes para defender a ordem democrática.

Esperei em vão. Reações isoladas, inclusive de altos oficiais das Forças Armadas, foram logo abafadas sem necessidade de um só disparo de arma de fogo. E ninguém acreditava que a ditadura duraria, a partir de 1º de abril de 1964, 21 anos.

* *Frei Betto é escritor, autor de “Batismo de Sangue” (Rocco), entre outros livros.*

Link:

<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/34317/bachelet+volta+ao+poder+no+chile+sob+pressao+por+eformas+.shtml>

Espaço Aberto I

Debate acerca da violência doméstica no Brasil: limites e possibilidades das políticas públicas voltadas para o enfrentamento da questão

Por Fernanda Sofieti Netto*

O presente artigo diz respeito à apresentação do projeto de iniciação científica, na 24ª UERJ SEM MUROS, onde estudantes bolsistas de diversas áreas apresentam seus trabalhos. Minha pesquisa, intitulada “Violência Contra a Mulher no Brasil: aportes para compreensão dos limites do enfrentamento por parte do Estado” é fruto do projeto “Estado, Conflitos Sociais e Questão Social no Brasil”, do Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC/CCS/UERJ), que foi elaborado a partir de preocupações voltadas para desvelar a presença e o enfrentamento, por parte do Estado sobre as múltiplas expressões da “questão social” no cenário histórico-cultural brasileiro, através da explicação dos processos sociais que a produzem e reproduzem, assim como, sua veiculação pelos meios de comunicação *online*.

No trabalho apresentado, foi dado ênfase à violência doméstica perpetrada às mulheres, com destaque para os casos de homicídios, analisando as políticas de apoio às mulheres vítimas de violência, por um viés de

classe social, que muitas vezes acabam voltando a viver com seus agressores, ao não receberem o suporte adequado do Estado. Além disto, foi apresentada também a polêmica em torno da Lei Maria da Penha através da criminologia crítica.

A metodologia de levantamento de dados utilizada foi centrada na coleta cotidiana de notícias nos meios de comunicação *online*, e seu entrecruzamento com a bibliografia consultada e documentos, tais como: “Mapa da Violência 2012 – Caderno Complementar: homicídio de mulheres no Brasil”, e o “Relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito de junho de 2013”, que investiga a situação das mulheres vítimas da violência e a atuação do Estado perante a questão. A pesquisa realizada contou com a leitura e o estudo de livros, artigos, jornais, e demais escritos relacionados ao tema. Cabe informar que a cronologia dos dados mensalmente coletados, é disponibilizada na página do PROEALC (www.proealc.uerj.br/cronologia). Durante a pesquisa foi constatado que também cresceram os indicadores de homicídios de mulheres, cujo tema se impôs em nossa pesquisa na atual etapa, em virtude da ampliação da veiculação pela mídia de casos de violência contra a mulher.

É importante salientar que de acordo com o ‘Mapa da Violência (2012) - Caderno Complementar 11: Homicídios de Mulheres no Brasil’, de 1980 a 2010, o número de homicídios femininos mais que triplicou, foi um aumento de 217,6%. Mesmo tendo sido construídas políticas públicas de combate à violência contra mulher, que constam no “Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres (2003)”.

Os homicídios no Brasil, tanto femininos quanto masculinos seguem um padrão geracional, onde a maioria das vítimas é jovem na faixa etária dos 15 aos 29 anos de idade, com preeminência dos 20 aos 29, e uma redução a partir dos 30 anos; o que não significa a redução da violência contra as mulheres fora desta faixa etária.

O eixo temático apresentado no âmbito da pesquisa encontra-se em fase inicial, mas já pode ser evidenciado que a violência contra a mulher faz parte da história brasileira não sendo um aspecto esporádico que possa ser resolvido apenas através de sua judicialização. Exemplificando isto, é o caso da Lei Maria da Penha, que fez avançar a punição, mas longe está de preveni-la.

Conclui-se que a violência contra as mulheres no Brasil está diretamente ligada a inserção de classe e a etnia dos grupos vitimizados, entretanto as políticas sociais parecem ignorar esses aspectos.

Referência bibliográficas:

- ALMEIDA, S. S. *Femicídio: algemas (in)visíveis do público privado*. Rio de Janeiro: Revinter, 2007.
- BRASIL; Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito, Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (Senado), Brasília, Junho de 2013. (<http://www.senado.leg.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=130748&tp=1>)
- BRASIL; Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Secretaria Nacional de Enfrentamento de Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. Brasília, 2011.
- CAVALCANTI, Stela V. S. F. *Violência Doméstica. Análise da Lei “Maria da Penha”*, n.º 11.340/06. Salvador, Ed. Podivm, 2007.
- RIFIOTIS, T. As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a judicialização dos conflitos conjugais. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília, v.19, n.1, p. 90-115, jan./jun. 2006.
- WASELFISZ, J. J Mapa da Violência 2012 Caderno complementar 11 : Homicídio de Mulheres no Brasil. abril de 2012 São Paulo, 1 Waiselfisz, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2012. Os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo, Instituto Sangari, 2011. (http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_mulher.pdf).

* Graduanda do curso de serviço social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ Bolsista de Iniciação Científica do Programa de Estudos de América Latina e Caribe – PROEALC. Orientadora: Profa. Dr^a Silene de Moraes Freire. E-mail: fsnwing@hotmail.com

Espaço Aberto II

Banalização da imagem feminina e a postura da mídia

Por Fernanda Sofieti Netto*
Lais Soares Faria de Souza**

“Toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica”.

Antonio Gramsci

As ideias expostas neste artigo visam favorecer uma reflexão a respeito de como a mídia vem representando a mulher em nossa sociedade. Mesmo depois de muitas lutas por igualdade de gênero, direitos, maior inserção no mercado de trabalho, entre outros, parece que a forma que a mídia insiste em reproduzir a imagem da mulher é totalmente distorcida, legitimando, mesmo que de forma subliminar, a figura da mulher, presa ao velho estereótipo, sendo a “base da família”, onde deve ser uma boa dona-de-casa, mãe e esposa. Aliando-se a isto, podemos observar a exploração do corpo feminino em propagandas publicitárias e a ditadura da beleza, que além de favorecer a alienação, ajuda a reprodução do sistema capitalista.

A mídia é um instrumento desse sistema, no qual as mulheres continuam sofrendo assédios morais, sexuais, entre outros, à medida que esta legitima esse processo. Com a inserção da mulher no mercado de trabalho, a taxa de natalidade está diminuindo cada vez mais e muitas são chefes de família. Entretanto, o que vemos nos comerciais e propagandas exibidos é a submissão da mulher à figura masculina, evidenciando assim, construções de gênero fundamentadas no machismo e patriarcado, ainda presente em nossa sociedade. São elas as responsáveis pelo trabalho doméstico e o cuidado da educação dos filhos, por exemplo. Em outros termos, são as mais envolvidas quando o assunto é manter a família em perfeita harmonia.

A publicidade contemporânea desvaloriza a figura feminina, abordando não somente questões de gênero, mas de poder. Através dessa desvalorização, ela pretende fazer com que espaços de destaque na sociedade sejam cada vez mais exclusivos para o público masculino. Uma das características dessa exclusão é a invisibilidade. As mulheres, na maioria das propagandas publicitárias, estão em segundo plano, como carona do veículo, donas de casa esforçadas, ou ocupando uma imagem pautada em estereótipos de beleza, no qual a mulher tem de ser perfeita, segundo o padrão midiático. Em programas de televisão, podemos ver essa invisibilidade da competência da mulher no momento em que grupos de mulheres se posicionam atrás do apresentador, em performances que a todo o momento mostram o corpo. A mídia faz uso da figura feminina, abusando e mercantilizando da mesma para vender suas ideias, valores, produtos e estilos de vida monopolizados.

Não é propriamente dos tempos atuais que ocorre a vinculação de propagandas usando mulheres seminuas. No início do século XX, podemos perceber que as propagandas, principalmente de cerveja e cigarro, usavam a imagem de mulheres com poses insinuantes e algumas com os seios a mostra e quase nunca como consumidoras do produto. A mulher é apresentada ao público ressaltada por sua função de “gostosa”, um “brinde”, um “objeto”, pautados em uma visão sexualista. Esse tipo de publicidade pretende menosprezar a figura feminina em todos os aspectos, não somente a questão do corpo, como também de uma sociedade conservadora onde a mulher não pode beber cerveja, fumar cigarro ou ter seu próprio carro. Portanto, mesmo com o passar dos anos, ainda há uma naturalização da figura feminina como objeto de venda/consumo.

Atualmente, verificamos a massificação de propagandas de cosméticos que prometem a juventude, como se permitir os traços da velhice remetesse a uma imagem negativa. É claro que a maior parte das propagandas tem como público alvo as grandes consumidoras destes produtos, as mulheres. Estas devem estar sempre belas para sentirem-se seguras, como se a estética as influenciasse na tomada de decisões e relações pessoais. Além do que, a ditadura da beleza impõe padrões rígidos, afetando a auto-estima de muitas, achando assim, um terreno fértil para a formação do consenso e da alienação. Outro ponto importante está em propagandas de maquiagens e perfumes, onde são incentivadas a concorrência e disputa entre as

próprias mulheres, transmitindo a mensagem de que aquela que usa tal perfume ou maquiagem chama mais atenção, principalmente do sexo masculino, e causa admiração/inveja a outras mulheres.

Baseado no que foi dito, pode-se citar a obsessão por ter o corpo “perfeito”, onde muitas acreditam que ser magras ou “malhadas” é sinônimo de beleza. Prova disto é o aumento das cirurgias plásticas no Brasil. O país ocupa o segundo lugar no ranking mundial, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. Além disso, o corpo magro de modelos e atrizes influencia - direta ou indiretamente - milhares de mulheres que não tem sua imagem como instrumento de trabalho, ditando padrões legitimados pelos meios de comunicação. Através dessa indústria da moda, muitas mulheres sentem-se insatisfeitas com sua imagem, e arriscam sua saúde desenvolvendo distúrbios alimentares em busca de um ideal de beleza.

Poderíamos citar milhares de outros exemplos, visto que a abrangência da visão deturpada da mulher na mídia é infinita. Porém, nos atendo aos aspectos citados, podemos afirmar que é necessário que haja mais debates sobre esta temática para que a hegemonia provocada pela mídia que vem se tornando cada vez mais intensa no discurso do senso comum, não prevaleça.

***Graduanda em Serviço Social/UERJ e ex-bolsista do PROEALC;**

***Graduanda em Serviço Social/UERJ e bolsista do PROEALC;**

Livros/Lançamentos



ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo*. São Paulo, Boitempo, 2014.

A Boitempo acaba de lançar o novo livro de Paulo Eduardo Arantes, pela coleção Estado de Sítio. *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*, é o mapa possível de nosso tempo – um tempo em contínua guerra civil, assinalado pela ausência de perspectivas, estado de exceção permanente, catástrofe ambiental, colapso urbano e militarização do cotidiano: uma era de perpétua emergência, em que esquerda e direita confluem na gestão de programas de urgência.

Os ensaios que compõem o livro articulam reflexões sobre as manifestações de junho de 2013, o extermínio colonial, a economia de guerra, a indústria dos presídios, as UPPs, o trabalho nos campos de concentração, as revoltas nos guetos, o golpe militar de 64, no desafio de pensar a experiência da história em uma era de expectativas decrescentes.

Orelha do livro assinada por Pedro Rocha de Oliveira

O que há de comum entre o extermínio colonial, os campos de concentração, a destruição nuclear mútua assegurada, e a criminalização da pobreza? Resposta: a sociedade moderna, com seu regime de guerra civil permanente e a “máquina de moer gente” da produção de mercadorias. Essa sociedade, que nasceu falando de sua própria novidade, nasceu também contando o tempo que – quando o que está em jogo é o controle do trabalho – é dinheiro. Inventou a promessa do desenvolvimento perpétuo, a inclusão social total a perder de vista, o projeto civilizatório de uma felicidade-depois como paga do sofrimento-agora.

Mas na época em que o próprio dinheiro, no cassino geral do capitalismo especulativo, também virou coisa do futuro; em que a supostamente dourada aliança entre *welfare state* e corrida armamentista internacional deu lugar à combinação de neoliberalismo e militarização do cotidiano; em que a mercadoria colonizou a vida

privada até o último pelo público; em que o horizonte de contagem do tempo é a catástrofe ambiental, o colapso urbano, a emergência militar e a crise econômica; na época, enfim, do que Paulo Arantes há tempos já chama de “fuga para a frente”, o próprio adiamento, a relativização da vida, a espera, se transformou em fim-em-si-mesmo, espelhando e explicitando com fulgor sinistro a lógica circular da modernização-acumulação capitalista. Desde o Estado que combina agenciamento do sub-emprego e promoção do microcrédito à prática descarada da exceção, até as empresas que, através de violência econômica e extra-econômica, chantageiam povos inteiros, as típicas construções sociais modernas estão com os dentes de fora, mostrando a quem vieram, para quem quiser ver. E Paulo Arantes não desvia o olhar.

Lançando mão ocasional do seu sutil humor de cadafalso – procedimento de distanciamento que não tira ninguém do sufoco, mas devolve a ele com vitalidade renovada para a crítica do existente – o autor analisa a economia de guerra, a indústria dos presídios, os campos de extermínio, as revoltas nos guetos, o golpe militar, e promove a experiência conceitual cuidadosa e radical desse tempo novo que dá a sensação de que a novidade morreu, mostrando o enraizamento dessa sensação na pré-histórica história catastrófica do capitalismo, defrontando o leitor com a necessidade de rejeitar urgentemente sua continuidade tediosa, trabalhosa, patogênica, destrutiva – rejeitar seus escombros, que persistem em se manter de pé.



CASTELO, Rodrigo. *O social-liberalismo – Auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal*. São Paulo, Expressão Popular, 2013.

O objetivo principal deste livro é estabelecer um marco conceitual sobre a atual hegemonia construída pela concepção do mundo burguesa sobre a “questão social”, contextualizando-a dentro da crise orgânica do capital nos anos 1970, da ofensiva neoliberal para recomposição da supremacia burguesa e da crise conjuntural capitalista dos anos 1990. O autor defende uma tese oposta sobre a possibilidade de diálogos entre liberalismo e socialismo gerarem uma síntese inovadora, algo mais do que uma bizarra combinação ideológica. Ao longo do trabalho, ele mostra como o social-liberalismo opera como uma arma ideológica de neutralização político-cultural das forças adversárias, que se veem de mãos atadas (e cabeças degoladas) diante da ofensiva burguesa.

Agenda Acadêmica

2º Encontro Internacional de Política Social e 9º Encontro Nacional de Política Social

Data: 04 a 07 de agosto de 2014

Local: Vitória/Espírito Santo

Maiores Informações: <http://enps.com.br/capa>

O 2º Encontro Internacional de Política Social e 9º Encontro Nacional de Política Social serão realizados em agosto de 2014, em Vitória, Espírito Santo. Esse evento será coordenado por professores do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS), vinculado ao Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) da mesma universidade.

Desde sua quinta edição, o ENPS é considerado um evento consolidado e de referência entre profissionais de Serviço Social e áreas afins no Estado e no Brasil.

O Encontro de Política Social é aberto à participação de todos os estudiosos, professores, estudantes e profissionais interessados nas questões que dizem respeito à Política Social.

Para submeter um trabalho, o autor (ou, pelo menos, um dos autores, no caso de trabalhos produzidos em co-autoria) deverá se inscrever no site do 9º ENPS até a data limite de 25 de maio de 2014. A partir do dia 27 de junho de 2014 os autores de trabalhos aprovados deverão efetuar o pagamento de suas inscrições conforme instruções que estarão disponíveis no site do evento a partir dessa data.

Os trabalhos efetivamente apresentados no 2º Encontro Internacional de Política Social e 9º Encontro Nacional de Política Social serão aqueles selecionados por uma Comissão Científica designada para esse fim pelo Colegiado do PPGPS. A relação de trabalhos aprovados, nas respectivas modalidades e eixos temáticos, estará disponível no site do evento a partir de 27 de junho de 2014, sendo as cartas de aceite enviadas por e-mail aos respectivos

Encontro Internacional de Serviço Social

Data: 26 a 30 de outubro de maio de 2014

Local: Cuba/ Hotel Riviera - Havana

Maiores Informações: <http://www.cfess.org.br/arquivos/encontro-ss-cuba-2014.pdf>

A Sociedade Cubana de Assistentes Sociais convida todos a participarem do 4º Encontro Internacional de Serviço Social, de 26 a 30 de maio, no Hotel Riviera, em Havana (Cuba). Os interessados em participar poderão obter descontos em vôos para Cuba com a companhia aérea Copa Airlines.

Expediente

Reitor

Prof. Ricardo Vieiralves de Castro

Vice-reitora

Prof. Paulo Roberto Volpato Dias

Sub-reitora de Graduação

Profª Lená Medeiros de Menezes

Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa

Profª Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron

Sub-reitora de Extensão e Cultura

Profª Regina Lúcia Monteiro Henriques

Diretor do Centro de Ciências Sociais

Prof. Léo da Rocha Ferreira

Coordenadora do PROEALC

Profª Silene de Moraes Freire

Editoras Responsáveis

Profª Dra. Silene de Moraes Freire

Andreia de Souza de Carvalho

Coordenação de Produção

Andreia de Souza Carvalho

(PROEALC/CCS/UERJ)

Maria José Martins da Silva

(PROEALC/CCS/UERJ)

Colaboradores

Fernanda Sofieti Netto

Láís Soares Faria de Souza

Diagramação

Andreia de Souza Carvalho

(PROEALC/CCS/UERJ)

Revisão

Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.